

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 540.757 - ES (2019/0314394-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : FILIPE CARLOS MACIEL FERREIRA E OUTRO
ADVOGADOS : FILIPE CARLOS MACIEL FERREIRA - ES018787
FLÁVIA BORGES GOMES LOBO - ES029288
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : LUIZ FERNANDO GOMES DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fl. 186, que indeferiu o pedido de liminar.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante e denunciado pela suposta prática dos delitos previstos no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06 e art. 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003 (e-STJ, fls. 96-98).

Irresignada, a defesa impetrou a ordem originária, tendo a Corte Estadual denegado a ordem, em acórdão assim ementado:

“*HABEAS CORPUS* - TRÁFICO DE DROGAS - ALEGAÇÃO DE NULIDADES NO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE - VÍCIO SANADO COM A CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM CUSTÓDIA PREVENTIVA - PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA - PRISÃO FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - MENÇÃO A ATOS INFRACIONAIS – PACIENTE QUE POSSUI REGISTRO DE 11 ATOS INFRACIONAIS - RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA - ORDEM DENEGADA.

1. Não há que se falar em irregularidade da prisão em flagrante quando a questão encontra-se superada pela superveniência do decreto de prisão preventiva, que é o novo título judicial ensejador da custódia cautelar.

Precedentes.

2. A prática de atos infracionais, apesar de não poder ser considerada para fins de reincidência ou maus antecedentes, serve para justificar a manutenção da prisão preventiva para a garantia da ordem pública.

3. Na hipótese, houve o registro de que o paciente possuía 11 (onze) atos infracionais, de modo que seu histórico de atos infracionais e a prática do atual delito representam um risco concreto de voltar a delinquir.

í. Ordem denegada.” (e-STJ, fl. 176).

Na presente petição, a defesa assevera que “na ata de audiência em anexo,

Superior Tribunal de Justiça

ficou devidamente comprovado as nulidade existentes desde a abordagem policial” (e-STJ, fl. 233).

Ressalta, ademais, que, apesar de o Órgão ministerial, em sede de parecer apresentado às fls. 253-261, e-STJ, ter sido favorável à revogação da custódia cautelar, deixou indevidamente de se manifestar sobre as ilegalidades apontadas nos autos, uma vez que o Tribunal de origem teria abordado, ainda que de forma genérica, o assunto (e-STJ, fl. 265).

Requer, assim, a reconsideração da decisão, para que seja determinada a imediata soltura do paciente, em razão das ilegalidades existentes no auto de prisão em flagrante.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrado, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumprida a diligência, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator